



GOVERNO PREVÊ LEVANTAR R\$ 22,4 BI COM LEILÃO EXTRAORDINÁRIO DO PRÉ-SAL EM 2027

O governo prevê arrecadar R\$ 22,4 bilhões com leilão extraordinário do pré-sal em 2027, segundo anexo do projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso. A receita será crucial para atingir a meta de cumprir a promessa de entregar o primeiro superávit primário em anos.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que busca a reeleição em outubro, projetou na proposta orçamentária um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões no próximo ano, equivalente a 0,13% do PIB.

Vista aérea de terminal de distribuição operado pela Transpetro em São Sebastião (SP) Amanda Perobelli Reuters Navio

petroleiro vermelho atracado em terminal marítimo com estruturas de concreto e tubulações conectadas. Água verde-escura ao redor. Imagem pequena **** Ministros da área econômica têm afirmado que Lula deixará ao próximo governo, independentemente de quem vencer as eleições, um Orçamento equilibrado e sem depender da aprovação de medidas adicionais pelo Congresso.

Na prática, contudo, o leilão do pré-sal será decisivo para o cumprimento da meta fiscal, uma vez que a arrecadação prevista supera o próprio superávit calculado para o ano.

Uma fonte da equipe econômica confirmou, sob condição de anonimato, a

expectativa de ingresso dos recursos.

Uma segunda fonte familiarizada com o assunto afirmou que a operação prevista para 2027 envolverá a venda de uma previsão futura do petróleo da União.

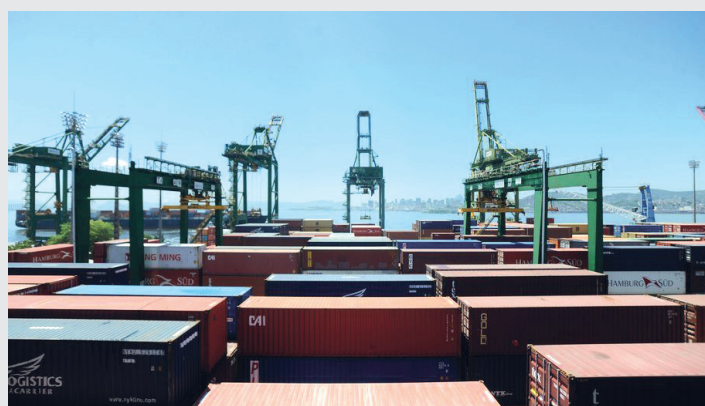
Neste ano, o governo chegou a prever arrecadação de R\$ 31 bilhões com um novo leilão extraordinário do pré-sal. A medida era amparada por lei aprovada em 2025, que autorizou a União a alienar direitos e obrigações decorrentes de Acordos de Individualização da Produção em áreas do pré-sal.

A estimativa, contudo, foi abandonada em maio com a desistência de realizar o leilão este ano.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Balança comercial tem superávit de US\$ 7,4 bilhões em agosto

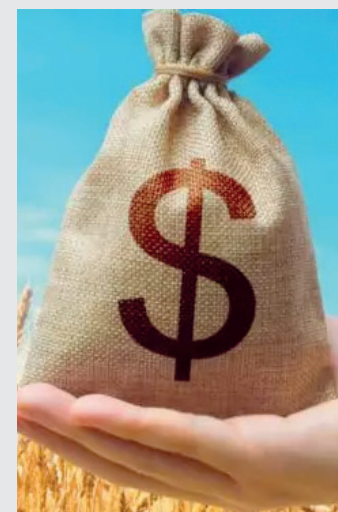
Cargo não pode ser usado para benefício pessoal em nome da democracia, diz Lula sem citar Moraes

Alcolumbre e Moraes buscam autoproteção, diz Flávio Bolsonaro em SP

Veja como ficam as compras internacionais com o fim da taxa das blusinhas

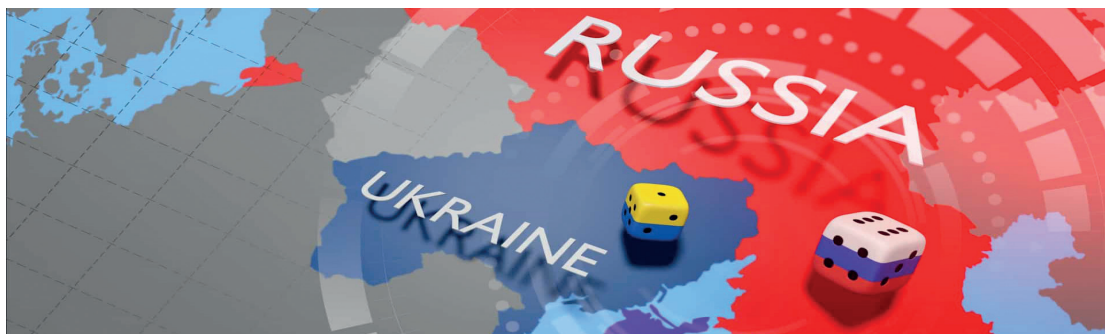


Aprovação do novo marco do seguro rural "anima" setor



NO MUNDO

Rússia tenta matar chefe do Serviço de Segurança da Ucrânia



Pela primeira vez desde o início da Guerra da Ucrânia, a Rússia atingiu a sede do poderoso Serviço de Segurança da Ucrânia. Um drone mirou nesta sexta-feira (4) o escritório de Oleksandr Poklad, o diretor interino do órgão, que não sofreu ferimentos.

Outras cinco pessoas ficaram feridas, segundo o presidente Volodimir Zelenski escreveu no X. Ele relatou ter conversado com Poklad. Colunas de fumaça eram visíveis saindo do prédio, que fica na central rua Volodimirska.

Ataques a prédios governamentais são raros no conflito, apesar da defesa feita pela linha-dura russa

para que Vladimir Putin mire diretamente Zelenski. O incidente mais famoso ocorreu no ano passado, quando o prédio dos ministérios foi atingido por um míssil balístico Iskander-M.

O SBU, sigla ucraniana do órgão liderado por Poklad, é a agência governamental mais importante do país. Ela trabalha como serviço de segurança interna, sucedendo a antiga KGB soviética, mas também como unidade militar.

A agência controla o Grupo Alfa, responsável pela estratégia de ataques com mísseis, drones e infiltrações no território russo, como a atual campanha bem-sucedida contra refinarias e empresas de

logística no país de Putin.

Em 2025, o grupo teve uma de suas maiores vitórias simbólicas, ao atacar cinco bases aéreas russas com pequenos drones que foram contrabandeados escondidos no teto retrátil de caminhões, destruindo talvez 10% da força de bombardeiros da Rússia.

Os russos não comentaram o ataque específico. A ação ocorreu após o governo Zelenski advertir a Organização Internacional de Aviação Civil para que o órgão da ONU oriente empresas a evitar todo o espaço aéreo russo. O motivo seria a intensificação do uso de drones e mísseis justamente sob ordens do SBU.

Igor Gielow/Folhapress

Israel afirma que consolidou 'zona de segurança' no sul do Líbano após novo avanço

Israel afirmou nesta sexta-feira (4) que consolidou a "zona de segurança" que ocupa no sul do Líbano após tomar uma colina que servia de posição estratégica para o grupo Hezbollah.

O Exército anunciou na véspera que havia assumido o controle da colina de Ali Taher, localizada ao norte do rio Litani e no limite da área ocupada por Israel. O local havia se tornado uma das regiões mais disputadas na guerra entre Tel Aviv e o grupo xiita pró-Irã, apesar do cessar-fogo anunciado em junho.

O ministro da Defesa, Israel Katz, afirmou que o avanço "marca a conclusão da fase de consolidação do controle na zona de segurança" no sul do país vizinho.

Segundo Tel Aviv, o Hezbollah havia construído túneis na região para lançar drones e mísseis contra posições militares israelenses no sul do Líbano e contra o norte de Israel, do outro lado da fronteira.

O Exército agora vai concluir a "neutralização" dos túneis e manter o controle da colina para impedir que o grupo volte a se estabelecer na área, disse Katz. "Israel não vai se retirar da zona de segurança no Líbano até que o Hezbollah seja desarmado", afirmou ainda o ministro.

Osmilitares disseram que alguns combatentes do Hezbollah foram "eliminados", enquanto outros fugiram.

O Hezbollah não havia comentado a situação na colina até a publicação deste texto, e a Reuters não conseguiu verificar de forma independente a situação. Acredita-se que o grupo muçulmano xiita tenha construído um centro de comando subterrâneo e depósitos de armas dentro da montanha.

O Irã havia advertido os Estados Unidos no mês passado de que responderia com força a um ataque israelense contra as posições de seus aliados do Hezbollah dentro da colina.

Reino Unido reafirma soberania sobre as Malvinas após Milei anunciar construção de base naval



O governo do Reino Unido reagiu nesta sexta-feira (4) às declarações do presidente da Argentina, Javier Milei, que na véspera anunciou a construção de uma base naval na Terra do Fogo, no extremo sul do país, em meio à disputa pela soberania das Ilhas Malvinas.

O ultraliberal também afirmou que vai punir empresas que planejam iniciar, nos próximos meses, a exploração de petróleo na região. As ilhas do Atlântico continuam sendo alvo de uma disputa de soberania mais de 40 anos após a guerra travada pelos dois países em 1982, que terminou com a rendição da Argentina.

"As Falklands são britânicas porque os habitantes escolhem ser britânicos", respondeu o ministro da Defesa do Reino Unido, Wes Streeting, nesta sexta, usando o nome adotado pelos britânicos para o território. No post, ele afirmou que as falas de Milei dizem mais sobre a política interna da Argentina do que sobre a situação do arquipélago.

"Nosso compromisso com as Malvinas é absoluto e inabalável", acrescentou.

A disputa em torno das Malvinas ganhou maior intensidade nos últimos dias após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçar intervir.

Assim como a maioria dos países ocidentais, Washington reconhece que o Reino Unido administra de fato o arquipélago, mas nunca se pronunciou estritamente sobre a sua soberania, reivindicada pela Argentina.

O governo Trump estaria disposto a revisar essa posição, a fim de pressionar o Reino Unido a aumentar seus gastos militares. Em uma entrevista à GB News, o republicano ainda deu a entender que não ajudaria o Reino Unido em um eventual conflito futuro com a Argentina pelas Malvinas. O americano queixou-se de falta de apoio britânico na guerra no Irã.

Folhapress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

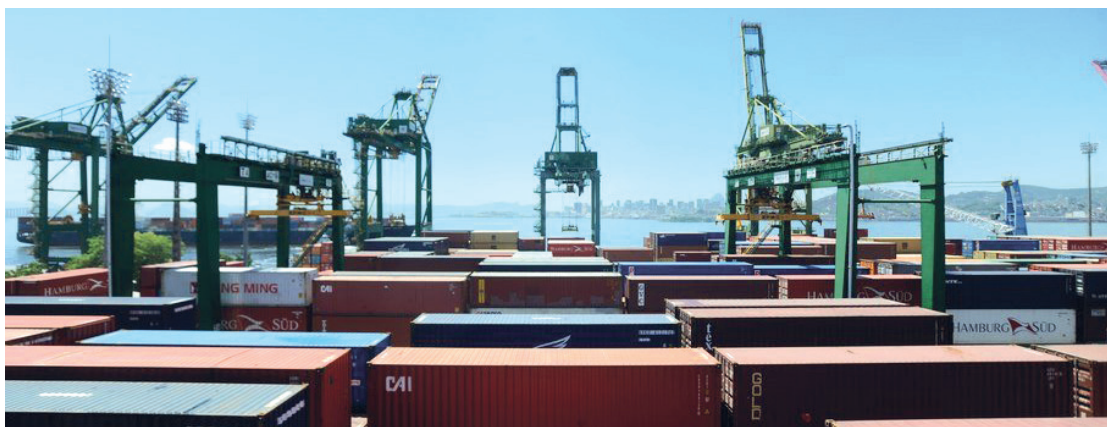
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Balança comercial tem superávit de US\$ 7,4 bilhões em agosto



Com a ajuda do petróleo, da soja, do cobre e do café, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,4 bilhões em agosto, resultado 23,8% superior ao do mesmo mês de 2025.

Esse é o terceiro maior superávit comercial para meses de agosto, só perdendo para o recorde de agosto de 2023 (US\$ 9,6 bilhões) e de 2021 (US\$ 7,7 bilhões).

O desempenho foi impulsionado pelo crescimento das exportações, que avançaram quase 12,2% no período, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (4) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 58,9 bilhões, o maior valor

já registrado para meses de agosto na série histórica.

Superávit: US\$ 7,4 bilhões (+23,8% ante agosto de 2025);

Exportações: US\$ 33,2 bilhões (+12,2%);

Importações: US\$ 25,8 bilhões (+9,2%);

Corrente de comércio: US\$ 58,9 bilhões (+10,9%).

Exportações crescem

O aumento das vendas externas foi liderado pela indústria extrativa, seguida pela indústria de transformação e pelo agronegócio.

Indústria extrativa: US\$ 8,3 bilhões (+16,4% ante agosto de 2025);

Indústria de transformação: US\$ 17,2 bilhões (+10,2%);

Agropecuária: US\$ 7,4 bilhões (+11,4%).

Produtos em destaque:

Indústria extrativa:

minérios de cobre e concentrados (+223,1%); minérios de níquel e concentrados (+120,7%); e petróleo bruto (+18% ante agosto do ano passado), minério de ferro (+20%);

Indústria de transformação: combustíveis (+61,6%); carnes de aves (+40,5%); e farelos de soja e outros alimentos para animais (+36,6%);

Agropecuária: soja (+14%); café não torrado (+24,1%); e animais vivos, exceto pescados e crustáceos (+174,3%).

Apesar do crescimento geral das exportações, as vendas externas de minério de ferro caíram 10,8% em relação a agosto do ano passado, por causa tanto da queda de 4,4% no preço médio e de 6,7% no volume.

Welton Máximo/ABR

Trabalhadores de apps são 2 milhões no Brasil, têm jornada maior e contribuem menos para INSS

O Brasil tinha cerca de 2 milhões de pessoas exercendo o seu trabalho principal ou secundário por meio de aplicativos de serviços em 2025, apontam dados divulgados nesta sexta-feira (4) pelo IBGE.

O grupo reúne motoristas, entregadores e outros profissionais cadastrados em diferentes plataformas. Apps como Uber, 99 e iFood são exemplos que ganharam espaço nas ruas ao longo dos últimos anos.

Segundo o IBGE, mais da metade da mão de obra classificada como plataforma atuava no transporte particular de passageiros diferente de táxi (1,1 milhão ou 53,9%). Na sequência, vieram os trabalhadores de aplicativos de entrega de comida e outros produtos (585 mil ou 29,9%), de prestação de serviços gerais (313 mil ou 16%) e de táxi (232 mil ou 11,8%). Uma mesma pessoa pode exercer mais de uma atividade.

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domi-

cílios Contínua). O levantamento também investigou o tema em 2022 e 2024.

Conforme a Pnad, os trabalhadores plataforma têm jornadas semanais mais extensas do que outros profissionais e contribuem menos para a Previdência via INSS.

O IBGE afirma que os aplicativos geram renda para muitas pessoas e oportunidade de novos mercados e redução de custos para empresas, mas, por outro lado, representam um desafio importante no que se refere às condições laborais.

Do total de 2 milhões de plataformizados, uma parcela de 1,8 milhão recorria aos serviços do tipo para o trabalho principal (92,1%).

Esse contingente de 1,8 milhão cresceu 36,8% se comparado a 2022, quando estava em 1,3 milhão. O acréscimo foi de 486 mil pessoas no intervalo de três anos. Isso equivale a mais de seis Maracanãs a capacidade de público do estádio carioca é de 78,8 mil torcedores.

Folhapress

Veja como ficam as compras internacionais com o fim da taxa das blusinhas



O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (3) a MP (medida provisória) que acaba com o imposto de importação conhecido como taxa das blusinhas.

A aprovação representa uma vitória para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a cerca de um mês das eleições de outubro. A decisão é uma medida criticada por representantes da indústria e do varejo.

Com a decisão, compras de até US\$ 50 (R\$ 255) ficam isentas da taxa, mas seguirão pagando outras tributações sobre encomendas internacionais.

A Taxa era a cobrança de 20% de imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50 feitas em plataformas

estrangeiras como Shein, AliExpress e Temu.

A taxa entrou em vigor em agosto de 2024, após aprovação do Congresso e sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e era realizada por meio do programa Remessa Conforme.

Com a aprovação da MP, as compras até US\$ 50 não terão mais o imposto federal, mas ainda irão pagar o ICMS, cobrado pelos estados. As compras internacionais, portanto, ainda terão tributação, mas menor do que antes.

Na prática, a isenção da taxa já estava em vigor desde maio, quando foi assinada a MP. Com a aprovação pelo Congresso nesta quarta, a mudança apenas foi confirmada. O texto segue agora para sanção presidencial.

A redução de tributos pode levar a queda de preços, mas o impacto final ao consumidor depende do que as empresas definirem para suas políticas de preço e competição.

Antes, uma compra internacional de US\$ 40 (R\$ 204) pagava:

- 20% de imposto federal
- ICMS estadual, que varia de 17% a 20%

Agora, o imposto federal deixa de existir nessa faixa. O consumidor continuará pagando apenas o ICMS.

Por exemplo, para consumidores de São Paulo estado que cobra atualmente 20% de ICMS sobre compras internacionaisuma blusa de R\$ 100 que antes podia chegar perto de R\$ 144 com impostos e taxas pode cair para cerca de R\$ 120.

Folhapress

POLÍTICA

Cargo não pode ser usado para benefício pessoal em nome da democracia, diz Lula sem citar Moraes



O presidente Lula (PT) disse nesta sexta-feira (4) que ninguém, em nome da democracia, pode usar um alto cargo na administração pública em benefício próprio.

O petista deu a declaração enquanto falava sobre a crise que atingiu o STF (Supremo Tribunal Federal) após revelações sobre a relação entre o ministro Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro, ex-banqueiro dono do Banco Master.

"Ninguém, em nome da democracia, pode utilizar o cargo que tem em benefício pessoal. Isso vale para o presidente da República, vale para um catador de material reciclável, vale para uma parteira, vale para

uma médica", declarou Lula.

Lula não citou Moraes nem o também ministro André Mendonça, relator do processo do Master e outro dos pivôs da crise no Supremo.

Na terça (1), foi revelado que Vorcaro, dois dias antes de ser preso e prestes a viajar para o exterior, perguntou a Moraes se deveria fugir do país. Além disso, o ministro editou um contrato de R\$ 131 milhões entre o escritório de advocacia de sua mulher, Viviane Barci de Moraes, e o Master.

Setores próximos a Lula costumavam dizer que Moraes havia ajudado a salvar a democracia brasileira como presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2022 e nos anos seguintes, no

processo que culminou com a condenação e prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe.

Em conversas reservadas, petistas admitiam que Moraes exagerava em suas decisões, mas afirmavam que naquele momento esse tipo de medida era necessário para impedir que Bolsonaro desse um golpe de Estado.

Lula deu as declarações no Palácio do Planalto. Entre os presentes, estavam o presidente do STF, Edson Fachin, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet ele próprio citado no escândalo.

O chefe do governo também defendeu uma reforma do sistema de Justiça.

Folhapress

Direita usará 7/9 para defender Mendonça e colocar Alcolumbre na mira

A direita aposta na data de 7 de Setembro para inflar mobilizações nas ruas com protestos temáticos sobre a crise vivida pelo STF e discursos em defesa do ministro André Mendonça.

Nos ataques, para além do foco já previsto no ministro Alexandre de Moraes, e no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), outros nomes estão na mira: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Aliados do candidato do PL, Flávio Bolsonaro, admitem que a data simbólica para o bolsonarismo estava sem grande engajamento até então. A avaliação, agora, é de que a crise deu aderência à data e de que até mesmo os que buscavam uma atuação mais moderada voltaram a se engajar.

Aliados de Flávio usam a crise da Suprema Corte para

apostar em um crescimento do senador na disputa presidencial sob o argumento de que, historicamente, o bolsonarismo sempre criticou Moraes e atacou excessos do STF.

Os protestos vão testar a capacidade de mobilização do bolsonarismo nas ruas em um momento em que Flávio também está implicado no caso Master a partir de desdobramentos sobre o financiamento do filme que homenageia o pai, Jair Bolsonaro, o "Dark Horse".

O candidato tem sustentado que "alguma ação ilegal" está sendo feita contra ele para reagir às revelações feitas pelo ministro do STF André Mendonça e desgastá-lo eleitoralmente.

Flávio acusou nesta sexta-feira (4) o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de tentar proteger o ministro Alexandre de Moraes, do STF, em meio à pressão para que a Casa analise pedidos de impeachment contra o magistrado.

CNN

Alcolumbre e Moraes buscam autoproteção, diz Flávio Bolsonaro em SP



O senador e candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) afirmou que Davi Alcolumbre (União Brasil), presidente do Senado, não tem interesse num eventual processo de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, e que ambos estão preocupados com autoproteção.

A afirmação foi feita nesta sexta-feira (4) em campanha do candidato em São Carlos (a 232 km de São Paulo), onde esteve ao lado do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Eu lamento que ele [Alcolumbre] tenha feito uma reunião longa com o Alexandre de Moraes, que parece que foi combinada

alguma coisa com o Flávio Dino, de tomar algumas ações ilegais contra mim. Eu lamento essa postura dele, porque se a democracia ficou tão esculhambada a esse ponto é porque o Senado não teve oportunidade de apreciar nenhum dos 54 processos de impeachment contra Alexandre de Moraes, porque ele não quis pausar. Preferiu proteger um amigo do que a instituição. Está perdendo uma grande oportunidade de resgatar a credibilidade do Senado e devolver o Supremo ao povo. Estão preocupados com a sua autoproteção."

Na terça-feira (1), foi revelado que o ex-banqueiro dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, dois dias antes de ser preso e prestes a viajar para o exterior, per-

guntou a Moraes se deveria fugir do país. Além disso, o ministro editou um contrato de R\$ 131 milhões entre o escritório de advocacia de sua mulher, Viviane Barci de Moraes, e o Master.

O presidenciável chegou ao município paulista às 12h e, com Tarcísio, foi a um hub de tecnologia. Em seguida, se dirigiram à praça do Mercado Central, onde realizaram um comício.

Com gritos de "Fora Lula, fora Moraes", Flávio convocou a população a participar do ato que será realizado na avenida Paulista na próxima segunda-feira (7), feriado da Independência do Brasil. Ele ainda lembrou que está proibido de ver o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está preso por ordem de Moraes.

Folhapress



AGRONEGÓCIO

Exportação brasileira de carne bovina perde força em agosto com redução de vendas à China



As exportações brasileiras de carne bovina caíram 27,1% em volume em agosto, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados da balança comercial divulgados nesta sexta-feira (4) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Os dados apontam também redução de 19,7% do valor exportado. Foram US\$ 1,2 bilhão em agosto de 2026 contra US\$ 1,5 bilhão em 2025. No acumulado do ano, o saldo é positivo, com uma alta de 4,7% no volume de carne resfriada e congelada, e de 22,3% no valor comercializado no período, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A redução reflete princi-

palmente o atingimento da cota de compras externas da China, que limita a 1,1 milhão de toneladas o volume que entra no país sem a taxa extra de 55%.

O Ministério do Comércio da China comunicou o Brasil em 10 de agosto que a cota tinha chegado a 90%. Por isso, segundo o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, Herlon Brandão, uma redução nos embarques já era esperada, pois os exportadores diminuem os volumes para reduzir a chance de serem submetidos à taxa.

A balança comercial de agosto também mostra uma redução relevante nas vendas externas de açúcares e melaços. A queda registrada foi de 27,5% no volume exportado, e de 37% no valor.

De janeiro a agosto, a queda na exportação de açúcares é de 11,1% na quantidade e de 28,2% no valor.

Entre os principais destinos das exportações brasileiras, o mês de agosto foi de queda nos envios para a Ásia, com destaque para a China, uma redução de 19,2% em relação a agosto de 2025. No acumulado do ano, porém, há alta de 15% no valor, e de 3,3% no volume. Para os Estados Unidos, país que impôs sobretaxas a centenas de produtos exportados pelo Brasil, a redução nas vendas externas em agosto é de 3,1%.

Ao mesmo tempo, a balança comercial aponta para uma alta de 12,1% no valor exportado. Segundo Brandão, a variação é puxada pelo aumento de preços dos produtos tarifados. Folhapress

Aprovação do novo marco do seguro rural "anima" setor

O setor segurador comemorou a aprovação do Projeto de Lei que moderniza as regras do Seguro Rural pelo Senado nesta quinta-feira (3). O texto, que segue para sanção presidencial, reformula as regras do seguro rural e cria mecanismos para ampliar a proteção contra eventos climáticos.

A aprovação ocorreu após uma forte queda na área agrícola protegida pelo seguro. Segundo dados da CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras), a área segurada recuou 76,64% entre 2021 e 2025.

Para o mercado, a medida pode ajudar a recuperar a contratação de apólices e fortalecer a integração entre seguro e crédito rural. Segundo o diretor de Relações Institucionais da

entidade, Hailton Madureira, o seguro rural é um instrumento fundamental para garantir a segurança da produção agropecuária, proteger o produtor diante dos riscos climáticos e dar estabilidade ao abastecimento de alimentos.

“Ao termos um marco legal que aumente a estabilidade do orçamento de subvenção ao seguro, o poder público fortalece a competitividade do campo, estimula investimentos e contribui para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro”, destacou.

O projeto permite que o seguro seja usado como garantia em financiamentos e prevê condições diferenciadas de juros, prazos e limites para operações protegidas pela apólice. CNN



Exportações do agro crescem 11,4% em agosto, puxadas por soja e café



As exportações brasileiras da Agropecuária cresceram 11,4% em agosto, equivalente a um incremento de US\$ 7,6 bilhões na comparação com o mesmo mês do ano passado. Entre julho e agosto, o setor acrescentou US\$ 760 milhões às vendas externas no período, segundo os dados divulgados pela Secex (Secretaria de Comércio Exterior), do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) nesta sexta-feira (4).

O resultado veio principalmente do avanço da soja, do café não torrado e dos animais vivos.

A soja foi o principal produto responsável pelo

crescimento da Agropecuária. As exportações aumentaram 14% em relação a agosto de 2025, com acréscimo de US\$ 540 milhões.

O café não torrado avançou 24,1%, com US\$ 210 milhões a mais em vendas. Já os embarques de animais vivos cresceram 174,3%, com aumento de US\$ 170 milhões. Também houve alta de 45,5% nas exportações de algodão em bruto.

O avanço do agro ocorreu em diferentes mercados. Na Europa, as exportações de soja cresceram 180,5% em agosto, com incremento de US\$ 300 milhões ante o mesmo mês do ano anterior. A carne bovina também teve forte expansão, de 100,7%, enquanto as vendas de café

não torrado avançaram 33,7%, com acréscimo de US\$ 200 milhões.

Na Ásia, as carnes de aves foram um dos principais destaques entre os produtos ligados ao agronegócio, com crescimento de 119,3% e aumento de US\$ 200 milhões. As vendas de farelo de soja e outros alimentos para animais cresceram 46,5%, com acréscimo de US\$ 100 milhões. A soja teve alta de 1,9% no mercado asiático, com aumento de US\$ 100 milhões.

Na América do Norte, as exportações de carne bovina cresceram 130,8%, enquanto as de soja avançaram 171,5%. Em ambos os casos, o aumento foi de cerca de US\$ 100 milhões. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

ZD Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 56.073.307/0001-77

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	31.988	26.486	Fornecedores	35.777	45.620
Contas a receber	53.705	56.715	Risco Sacado	6.488	7.194
Estoques	33.512	28.718	Empréstimos e financiamentos	21.505	19.473
Impostos a recuperar	6.832	14.555	Passivo de arrendamento	1.215	988
Outros créditos	1.830	4.447	Provisões e encargos trabalhistas	6.017	5.961
Ativo destinado a venda	115	–	Impostos, taxas e contribuições	7.605	9.461
	127.982	130.921	Outras contas a pagar	8.931	11.313
				87.538	100.010
Não circulante			Não circulante		
Impostos a recuperar	3.242	2.914	Empréstimos e financiamentos	18.136	31.240
Depósitos judiciais	249	195	Impostos, taxas e contribuições	7.282	10.671
Outros créditos	2.919	2.919	Passivo de arrendamento	9.820	5.021
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.414	33.622	Provisão para contingências	791	886
Investimentos	1.242	1.242	Outras contas a pagar	–	1.991
Direitos de uso de ativos	11.035	6.008		36.029	49.809
Imobilizado	55.244	53.218			
Intangível	30.470	30.584			
	139.815	130.702			
Total do ativo	267.797	261.623	Patrimônio líquido		
			Capital social	69.049	69.049
			Ajuste de avaliação patrimonial	933	934
			Reserva de lucros	74.248	41.822
			Total do patrimônio líquido	144.230	111.805
			Total do passivo e patrimônio líquido	267.797	261.623

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024		2025	2024
Receita operacional líquida	622.688	575.710	Lucro antes do resultado financeiro e impostos	46.546	42.775
(-) Custo das vendas	(477.229)	(457.327)	Resultado financeiro líquido	(8.229)	(10.580)
Lucro bruto	145.459	118.383	Lucro antes do imposto de renda e contribuição Social	38.317	32.195
Despesas com vendas	(80.495)	(70.491)	IRPJ e CSLL corrente	(337)	(1.617)
Despesas gerais e administrativas	(17.474)	(20.096)	IRPJ e CSLL diferido	1.793	5.669
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(944)	14.979	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.773	36.247

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Av. Antonieta Altenfelder, nº 705, Jardim Santa Antonieta, no município de Marília, Estado de São Paulo. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação e comercialização de produtos à base de chocolate como *marshmallows*, barras de chocolates, *candy bar*, *snacks* como pipocas prontas e na linha de leites e derivados, atendendo a todo o mercado nacional e exportando para diversos países. **2. Base de preparações e apresentação das demonstrações**

Stenio Dedemo – Diretor Presidente
Eloizi Cristina Dedemo Ferraz – Diretora Vice-Presidente de Mercado

S.Prime Assessoria e Outsourcing Ltda. CRC 2SP 042.666/O-0
Fernando Savério – Contador CRC 1SP 250.053/O-

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **ZD Alimentos S.A.** – Marília-SP
Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **ZD Alimentos S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ZD Alimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por nós, e sobre as quais emitimos relatório de auditoria com data de 06 de junho de 2025, sem modificações. O exame das referidas demonstrações contábeis foi conduzido sob nossa responsabilidade. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 22 de maio de 2026.

IBDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/O-1
Josnei Francisco Dagort
Contador – CRC 1 PR 054.116/O-8 – S-SP.

Yosen Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.

CNPJ/MF nº 29.456.226/0001-83 – NIRE 35.230.834.654

Ata de Reunião de Sócios realizada em 08 de setembro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 08/09/2026, às 10h, na sede da **Yosen Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.**, na Avenida Doutora Nadir Aguiar, nº 1805, Edifício 01, Salas 308 e 310, Jardim Doutor Paulo, Ribeirão Preto-SP (“Sociedade”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente a totalidade dos representantes de 100% do capital social. **3. Mesa:** Sr. Gustavo Cadurim de Oliveira, Presidente e Sr. Guilherme Spuri Bernardi, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os sócios para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) a redução do capital social, por julgá-lo excessivo nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, de R\$ 3.203.172,75, mediante restituição de bens aos sócios; e (ii) a autorização aos administradores da Sociedade para praticarem quaisquer atos necessários à implementação das matérias acima. **5. Deliberações:** Analisadas as matérias constantes da Ordem do Dia, os sócios deliberaram: **5.1.** Registrar que a ata que se refere à presente reunião será lavrada na forma de sumário. **5.2.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, considerado excessivo em relação às atividades constantes do seu objeto social, de R\$ 3.203.172,75, passando **dos atuais R\$ 3.223.173,00 para R\$ 20.000,00**, mediante o cancelamento de 3.203.173 quotas de emissão da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, observada a proporção do capital social na presente data. **5.2.1.** Consignar que, nos termos do Artigo 1.084, § 1º, do Código Civil, durante o prazo de 90 dias, contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social ora deliberada. **5.2.2.** Consignar, ainda, que a redução do capital social da Sociedade, ora deliberada, somente se tornará efetiva findo o prazo mencionado no item 5.2.1 acima, (i) mediante a inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento do seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no Artigo 1.084, § 2º, do Código Civil, ocasião na qual os sócios deverão promover a alteração do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir a referida redução. **5.2.3.** Uma vez efetivada a redução do capital social, conforme aprovado no item 5.2 acima, o valor da redução será restituído aos sócios mediante a entrega da totalidade da participação societária detida pela Sociedade na **Yosen Consumo Comércio de Produtos para Saúde Ltda.**, CNPJ/MF sob o nº 53.163.323/0001-62, com sede na Avenida Doutora Nadir Aguiar, nº 1805, Edifício 01, sala 11, JAMIL Seme Cury, Ribeirão Preto-SP (“**Yosen Consumo**”), correspondente a 735.915 quotas, representativas de 75% do capital social da Yosen Consumo, pelo seu valor contábil de R\$ 3.203.172,75, apurado com base no balanço patrimonial da Yosen Consumo levantado em 31/12/2025, sem a incidência de juros, correção monetária ou qualquer outra forma de ajuste de valor no tempo, de forma proporcional à participação societária que os sócios detêm, na presente data, na Sociedade. A transferência das quotas ora aprovada será formalizada por meio de alteração do Contrato Social da Yosen Consumo, a ser arquivada na Junta Comercial competente em concomitância com a alteração contratual da Sociedade que refletirá a redução de capital ora deliberada, observado, se aplicável, eventual direito de preferência dos demais sócios da Yosen Consumo. **5.3.** Uma vez transcorrido o prazo de 90 dias previsto no item 5.2.1 acima, os sócios deverão formalizar, no âmbito de Alteração do Contrato Social da Sociedade, a alteração da redação do caput da Cláusula V do Contrato Social, a qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: “**V – Capital Social.** O capital social é de R\$ 20.000,00, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, dividido em 20.000 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas entre os sócios, conforme segue:

Sócios	Número de Quotas	Valor Nominal (R\$)	Percentual
Gustavo Cadurim de Oliveira	18.000	18.000,00	90%
Guilherme Spuri Bernardi	1.000	1.000,00	5%
Daniel Roberto Callejon	1.000	1.000,00	5%
Total	20.000	20.000,00	100%

5.4. Os sócios autorizam, por unanimidade, os administradores a tomarem todas as medidas necessárias para efetivação das deliberações ora aprovadas, perante quaisquer entidades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, incluindo, sem limitação, a publicação desta ata de reunião de sócios no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação da sede social, nos termos do Artigo 1.152, § 1º, do Código Civil. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, o Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada digitalmente por todos os presentes. Ribeirão Preto/SP, 08/09/2026. **Mesa:** Gustavo Cadurim de Oliveira – Presidente; **Guilherme Spuri Bernardi** – Secretário. **Sócios:** Gustavo Cadurim de Oliveira; **Guilherme Spuri Bernardi**; **Daniel Roberto Callejon**.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica realizada em 28/08/2026

Data, Hora e Local: Em 28/08/2026, às 11hs, de forma exclusivamente remota e eletrônica. **Convocação:** Dispensada a convocação por edital. **Presença:** Presentes os representantes debenturistas representando 100% das Debêntures em Circulação. **Mesa:** Presidente: Paulo Urbano Nassar; Secretário: Sr. Rafael Siqueira Rodrigues. **Deliberações aprovadas:** (i) a aprovação da alteração da Cláusula 6.1, item (iii), da Escritura de Emissão, para reduzir o Prêmio de Resgate devido pela Emissora aos Debenturistas, por ocasião da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, passando de 0,35% ao ano, calculado pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, para 0,194% (cento e noventa e quatro milésimos por cento) calculado pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão (“**Redução do Prêmio de Resgate**”); (ii) a aprovação da dispensa de obrigação da Emissora em comunicar à ANBIMA sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, prevista na Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, mantida a comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e B3 (“**Dispensa de Comunicação**”); (iii) a aprovação da alteração da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, de forma a refletir que o prazo para a realização da comunicação indicada no item (ii) acima deverá ocorrer com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, observado que o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures deverá ocorrer até 11/09/2026 (“**Redução do Prazo de Resgate**”); e (iv) autorização ao Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para refletirem as deliberações desta Assembleia. **Disposições Finais:** **7.1.** Todos os termos utilizados ou iniciados em letra maiúscula que não foram aqui definidos tem o sentido a eles atribuído na Escritura de Emissão. **7.2.** Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alteradas por esta Assembleia. **7.3.** As deliberações da presente Assembleia ocorrem por mera liberalidade dos Debenturistas não podendo ser interpretadas como renúncia de quaisquer direitos descritos na Escritura de Emissão. **7.4.** A Emissora informa que a presente Assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. **7.5.** A Intervenção Anuente aqui comparece e anui com o ora deliberado. **7.6.** Por fim, as partes concordam que a presente ata poderá ser assinada eletronicamente, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, e do Decreto 10.278, desde que em conformidade com o Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil disponibilizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Nada mais. São Paulo, 28/08/2026.

Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A.

CNPJ nº 46.416.494/0001-90 - NIRE 35300959599

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. (“Companhia”)**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14 de setembro de 2026, às 11:00h, na sede social da Companhia, situada na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Parque Viracopos, Campinas/SP, CEP 13052-901, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Deliberar sobre a alteração da razão social da Companhia para **Movair Transportes Aéreos S.A.**; ii. Deliberar sobre a transferência do endereço da sede da Companhia para o Município de Parnaíba, Estado do Piauí, na Rodovia BR-343, s/nº, Hangar 01, Piso Superior, São Judas Tadeu, CEP 64206-260; iii. Deliberar sobre o encerramento das atividades e a baixa das seguintes filiais da Companhia: Filial 01, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0002-71, registrada sob o NIRE 26902041781, situada na Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 416, Torre C, Pina, Recife/PE, CEP 51110-160; Filial 02, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0003-52, registrada sob o NIRE 13920014764, situada na Avenida do Turismo, nº 13520, Galpão 2, Armazém 5, Taruma, Manaus/AM, CEP 69039-400; Filial 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0005-14, registrada sob o NIRE 13920020616, situada na Avenida Santos Dumont, nº 1350, Sala 607 B, Taruma, Manaus/AM, CEP 69041-000; Filial 05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0006-03, registrada sob o NIRE 15902053496, situada na Avenida Pará, s/nº, Sala B, Vaidé-Cães, Belém/PA, CEP 66115-565; e Filial 06, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.416.494/0007-86, registrada sob o NIRE 41902022281, situada na Rua Ary Claudino Ziemer, nº 269, Pinheirinho, Curitiba/PR, CEP 81870-050; iv. Deliberar sobre a abertura da nova Filial 01, situada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.297, 10º andar, Conjuntos 101 e 102, Edifício Sudameris, São Paulo/SP, CEP 04571-010; v. Deliberar sobre a alteração da denominação da Filial 03, passando a ser denominada Filial 02; vi. Deliberar sobre a autorização para prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas, inclusive a efetivação do encerramento ou abertura das filiais perante os órgãos competentes; e vii. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações aprovadas nesta Assembleia; Campinas/SP, 04 de setembro de 2026 **Francisco Astorga Perez**, Diretor-Presidente. LEVU Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. (05, 09 e 10/09/2026)



DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,1247 / R\$ 5,1253 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,1266 / R\$ 5,1286 *
Turismo - R\$ 5,1485 / R\$ 5,3285
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,49%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: −0,02%
Pontos: 185.147
Volume financeiro: R\$ 25,064 bilhões
Maiores altas: Minerva SA ON (4,22%), Magazine Luiza SA ON (4,14%), Azzas 2154 SA ON (3,57%)
Maiores baixas: Brava Energia SA ON (-4,18%), Natura Cosméticos SA ON (-3,80%), MDRF Global Foods Company SA ON (-3,70%)
S&P 500 (Nova York): -0,38%
Dow Jones (Nova York): -0,51%
Nasdaq (Nova York): -0,29%
CAC 40 (Paris): -0,09%
Dax 30 (Frankfurt): 0,17%
Financial 100 (Londres): -0,0%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,26%
Hang Seng (Hong Kong): 1,74%
Shanghai Composite (Xangai): -0,3%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): nan%
Merval (Buenos Aires): -0,29%
IPC (México): -0,87%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

Decisão de Fux sobre depósitos judiciais da Bahia aumenta insegurança de bancos para socorrer o BRB



A decisão do ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), de prorrogar por 90 dias o contrato de gestão dos depósitos judiciais do TJ-BA (Tribunal de Justiça da Bahia) com o BRB (Banco de Brasília) aumentou a insegurança jurídica de agentes do setor bancário quanto ao socorro à instituição financeira do governo do Distrito Federal. As negociações da governadora Celina Leão (PP-DF) com os bancos e o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) estão paradas à espera de uma nova proposta, segundo pessoas envolvidas com o caso. Isso agrava a situação do BRB, que passa por uma crise de liquidez e corre o risco de sofrer uma intervenção do Banco Central. A decisão de Fux, proferida no dia 26 de agosto, reforçou o diagnóstico da área jurídica de grandes bancos e de representantes do setor financeiro de que a solução posta na mesa de negociação para o empréstimo ao BRB corre o risco de ser questionada no Judiciário caso o governo do DF não consiga honrar as parcelas do financiamento.

O diagnóstico é o de que Fux abriu um precedente perigoso para todo o setor bancário e para os TJ's ao interferir em assuntos privados de terceiros para socorrer um banco público. Procurado, o ministro Fux não respondeu a perguntas específicas. Por meio da assessoria do STF, disse que a corte pauta sua atuação pela legalidade, pelo devido processo legal e pelas atribuições fixadas na Constituição. "A prorrogação temporária pelo prazo de 90 dias teve caráter estritamente cautelar, visando assegurar a estabilidade das partes, a preservação do interesse público, a segurança jurídica e a transição ordenada das operações até a apreciação do mérito pelos órgãos colegiados do tribunal", diz a nota. O ministro considera que as "partes entenderam de dar continuidade às negociações". O contrato do TJ-BA com o BRB terminava no dia 26 de agosto, mas Fux prorrogou a validade por 90 dias, prazo que vai até depois das eleições, dando um alívio de R\$ 394 milhões mensais no caixa da instituição financeira do governo do DF.

Folhapress

comercial@datamercantil.com.br

Carpe Holding S.A.
CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78
Edital de Convocação
Ficam os senhores acionistas da **Carpe Holding S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na filial administrativa de sua subsidiária ITV em Uberlândia-MG na Avenida Getúlio Vargas, nº 869, Sala 2, Centro, CEP 38400-299, no dia 14 de setembro de 2026, às 10h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de garantia pela Companhia, na forma de devedor solidário, em operação na modalidade de CCB – Cheque Especial pela **Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A.**, tendo como credor **Banco Rendimento S.A.** CNPJ 68.900.810/0001-38, no valor total aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Assembleia Geral Extraordinária foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 02 de setembro de 2026. Atenciosamente, Sra. Dóris Carneiro – Presidente do Conselho de Administração. (03, 04 e 05/09/2026)

ITV Urbanismo Ltda.
CNPJ/MF nº 27.036.543/0001-15
Edital de Convocação
Ficam os senhores acionistas da **ITV Urbanismo Ltda.** ("Sociedade"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo-SP, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Reunião de Sócios, na sua filial administrativa em Uberlândia-MG na Avenida Getúlio Vargas, nº 869, Sala 2, Centro, CEP 38400-299, no dia 14 de setembro de 2026, às 09h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de garantia pela Companhia, na forma de devedor solidário e garantia real, em operação a ser contratada na modalidade de CCB – Cheque Especial pela **Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A.**, tendo como credor **Banco Rendimento S.A.** CNPJ 68.900.810/0001-38, no valor total aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Reunião de Sócios foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 02 de setembro de 2026. Atenciosamente, Sr. Mauro de Freitas Pereira – Diretor Executivo da Companhia. (03, 04 e 08/09/2026)

Grupo Toky S.A.
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2026
Data, Hora e Local: No dia 11/05/2026, às 21:00 horas, de forma digital, sendo considerada realizada na sede social da "Companhia", em São Paulo-SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Beatriz Orsolon. **Deliberações da Ordem do Dia:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: (i) Os membros do Conselho de Administração consignaram que o cenário macroeconômico desafiador, marcado por juros elevados, maior endividamento das famílias, restrições de crédito e menor confiança do consumidor, vem impactando negativamente as vendas. Somadas às restrições temporárias de estoque e ao elevado endividamento consolidado da Companhia e de suas Subsidiárias, tais circunstâncias têm agravado a liquidez de curto prazo, apesar dos esforços da Administração para reestruturar o endividamento da controlada Estok Comércio e Representações S.A. Diante desse cenário, aprovaram, em caráter de urgência e sob sigilo de justiça, o ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável, visando resguardar a Companhia, viabilizar a continuidade de suas atividades, preservar seu valor e função social e atender aos interesses de seus credores, trabalhadores, acionistas e demais stakeholders. (ii) Ratificar os termos e condições do contrato de indenidade nos termos do modelo arquivado na sede social da Companhia ("Contrato de Indenidade"), bem como sua celebração com administradores e membros do Comitê de Auditoria da Companhia e das Subsidiárias; (iii) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, incluindo a proposta da administração a ser oportunamente divulgada, para, conforme aplicável, (i) em consequência das aprovações das matérias acima, e em atenção ao artigo 122, IX, e parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, ratificar a autorização ora concedida, em caráter de urgência, para o ajuizamento do pedido de recuperação judicial; (ii) ratificar a eleição do Sr. Fabio Ferrante como membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) ratificar a eleição do Sr. André Franca como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) dispensar, na forma do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, a OPA por Atingimento de Participação Relevante de que trata o Capítulo V do Estatuto Social em caso de atingimento de Participação Relevante, pelos detentores de debêntures de emissão da Companhia e/ou das Subsidiárias ("Debenturistas"), em caso de conversão, capitalização, permuta ou outra forma de quitação dos créditos de tais Debenturistas contra a Companhia e/ou Subsidiárias mediante entrega de ações de emissão da Companhia. (iv) Ficam os administradores autorizados a adotarem as providências necessárias para o implemento da deliberação aprovada nesta reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 11/05/2026. **Mesa:** **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração; **Beatriz Orsolon** – Secretária. **Conselheiros:** **Victor Pereira Noda** – Conselheiro; **Fabio Ferrante** – Conselheiro; **Leonardo Gasparin** – Conselheiro Independente; **André Franca** – Conselheiro Independente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 339.984/26-0 em 27/08/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,5358
Dólar (EUA) - 5,1253
Franco (Suíça) - 6,3314
Iene (Japão) - 0,03283
Libra (Inglaterra) - 6,9299
Peso (Argentina) - 0,003401
Peso (Chile) - 0,005499
Peso (México) - 0,304
Peso (Uruguai) - 0,1274
Yuan (China) - 0,7637
Rublo (Rússia) - 0,05972
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,9546

NEGÓCIOS

Casas Bahia faz novo leilão com produtos armazenados no Rio de Janeiro; lances vão até quarta-feira (9)



Cellulares, notebooks e lotes com eletrodomésticos como liquidificadores, fritadeiras e painéis elétricos estão à venda em mais um leilão virtual de produtos da Casas Bahia. Os itens estão armazenados no centro de distribuição da empresa em Duque de Caxias (RJ). Interessados em comprá-los devem acessar a plataforma Kwara até 9 de setembro.

Lances devem ser feitos por meio da plataforma Kwara. Em caso de arremate, o pagamento será feito via Pix ou cartão de crédito. Geladeiras, lavadoras de roupa e televisões também estão disponíveis.

Cada lote tem um prazo de término diferente. O primeiro, com 25 produtos, incluindo ventilador, aspirador portátil, espremedor de frutas e batedeira será

leilado às 11h e custa R\$ 2.545; o último, com um carregador portátil e um tablet, vai até as 11h59.

Segundo a Casas Bahia, leilões como este são recorrentes e acontecem desde antes do pedido de recuperação judicial da empresa de varejo. Neste edital, há a previsão de produtos com avarias, riscos e amassados; sinais de uso e desgaste; sujeira; ausência de peças, componentes, acessórios ou manuais; produtos com senhas e bloqueios; produtos sem funcionamento e até mercadorias classificados como sucata.

Após o arremate, o comprador é responsável por retirar os produtos e deve enviar a documentação nome completo, CPF, identidade e data de nascimento de quem for buscar os itens à Kwara. A empresa de leilões

irá disponibilizar horários para a busca dos produtos e o agendamento deve ser feito com, no mínimo, 78 horas úteis de antecedência.

Segundo o edital, é indispensável o uso de calçado de segurança e proibido acessar o centro de armazenamento vestindo regata, bermuda, chinelo, sapato aberto, boné e camisa de times de futebol. Bolsas, mochilas, sacolas, celulares, tablets, smartwatches ou fones de ouvido também são vedados, uma vez que não há local para armazenar objetos.

A Kwara orienta os interessados a verificar as condições do produto no site ou por meio de visita presencial no centro de distribuição da empresa em Duque de Caxias (RJ). Segundo o edital, não há possibilidade de troca.

Folhapress

Amazon abre 1º centro de distribuição no PR para entregas no mesmo dia

A Amazon acaba de inaugurar o seu primeiro centro de distribuição no Paraná, localizado em São José dos Pinhais e operado em parceria com a multinacional francesa ID Logistics Brasil. Com a nova operação, a Amazon passa a fazer as entregas no mesmo dia no Paraná, além de encurtar os prazos de distribuição para Santa Catarina, segundo informações divulgadas pela companhia na quinta-feira (3).

O novo empreendimento tem 24 mil m² de área total e capacidade inicial para processar 700 mil pacotes por semana. A unidade vai operar 24 horas por dia, 7 dias por semana, com até 900 trabalhadores.

O galpão também impulsiona as atividades das pequenas e médias empresas locais de ambos os Estados, facilitando o envio dos produtos para todo o Brasil com o selo Prime.

"Com este centro de distribuição, ampliamos nossa capacidade de atender os clientes na região com mais agilidade", afirmou o diretor de Operações da Amazon

Brasil, Ricardo Pagani.

A nova operação funcionará no modelo fulfillment - em que os produtos de vendedores selecionados ficam armazenados no próprio espaço, agilizando a distribuição.

Em seis anos de varejo no Brasil, a Amazon construiu uma das maiores infraestruturas logísticas, com mais de 300 unidades, numa concorrência acirrada principalmente com Mercado Livre e Shopee, que também estão investindo pesadamente para ganhar capilaridade no País.

Por sua vez, a ID Logistics chega a um total de três centros de distribuição fulfillment dedicados à Amazon no Brasil. As outras duas unidades ficam em Belford Roxo (RJ) e Ribeirão das Neves (MG).

"A expansão da parceria com a Amazon reforça nossa vocação para apoiar projetos de alta complexidade. Essa operação também fortalece nossa proximidade com clientes e consumidores finais", apontou o presidente da ID Logistics Brasil, Gilberto Lima.

CNN

Embraer e SPX criam empresa de cibersegurança de R\$ 700 milhões



A Embraer e a SPX Capital anunciaram a fusão de seus negócios de cibersegurança, para a criação de uma nova empresa que nasce com faturamento anual de R\$ 700 milhões, 900 funcionários e 600 clientes.

Ainda sem nome definido, a companhia será formada pela junção da Tempest Security Intelligence, que pertence à fabricante de aviões, com a Vision Cybersecurity, da gestora independente.

O negócio não envolve transação financeira, apenas troca de ações.

"Queremos consolidar a empresa no mercado brasileiro para, na sequência, expandir América Latina e América do Norte", diz André Fleury, CEO da Vision

Cybersecurity e que comandará a nova companhia.

O movimento deve acontecer organicamente, mas não estão descartadas aquisições.

Nascida no Centro de Estudos Avançados do Recife (Cesar) em 2000, a Tempest foi comprada pela Embraer em 2020 e tem principalmente grandes clientes, com faturamento superior a R\$ 1 bilhão.

Já a Vision atua com empresas de porte médio. Ela foi adquirida pela SPX em janeiro, de um braço da companhia capixaba ISH Tecnologia, voltado aos clientes corporativos privados.

As duas empresas prestam o mesmo tipo de serviço. Fazem análises de vulnerabilidade em projetos, como softwares, pla-

taformas, aplicativos, chatbots e indústrias, entre elas varejista e automobilística.

Também atuam com Centros de Operação de Segurança (SOC, na sigla em inglês), estrutura centralizada que combina pessoas, processos e tecnologia para monitorar, detectar, analisar e responder a incidentes de segurança cibernética dentro das empresas.

Há ainda o serviço de monitoramento externo de tendências de ataques, que atua de maneira preventiva. A ideia é explorar com mais intensidade a chamada resposta preemptiva, que é capacidade de identificar e tentar neutralizar ameaças antes que aconteçam, na segurança digital.

CNN